



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011138-90.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória**
 Exeqüente: **DIEGO ALVES COELHO**
 Executado: **Katiane Correia Silva Goulart Esiquiel**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de embargos à execução (tomo como tal a manifestação lançada pela executada a fl. 11) que está fundada em nota promissória.

Pelo que se extrai dos autos, é incontroverso que a embargante contratou com o embargado uma viagem para Camboriú/SC e que após aproximadamente quinze dias desistiu da mesma que se faria depois de nove meses.

O embargado então lhe exigiu o pagamento da multa prevista no instrumento, no importe de 50% do valor do contrato, mas a embargante considerou o pleito exorbitante.

Ela tentou por meses transferir a viagem a terceiros, até que pouco antes da viagem houve novo contato com o embargado, que passou a postular o recebimento do valor integral do contrato.

Esses fatos possuem apoio nos documentos de fls. 03/04 (instrumento relativo ao negócio firmado) e 12/14 (conversas havidas entre as partes).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Por outro lado, é certo que a execução está fundada na nota promissória emitida pela embargante para pagamento da referida viagem, mas o seu valor está limitado a 80% do previsto no título em consonância o que foi estipulado no contrato.

Assentadas essas premissas, reputo que a pretensão deduzida pela embargante merece parcial acolhimento.

Isso porque se a prefixação de perdas e danos cristalizada em cláusula penal se reveste de legalidade, o mesmo não sucede com a previsão em apreço, que implica o dispêndio de montante excessivo.

A propósito, destaco que o patamar mínimo da multa prevista era de 50% do valor total do contrato, mas nada de concreto o justifica porque importa conferir vantagem excessiva em detrimento da embargante.

Não se pode olvidar por oportuno que a manifestação de desistência da embargante teve vez cerca de quinze dias depois de assinado o contrato e aproximadamente nove meses antes da viagem, concluindo-se que havia largo espaço de tempo para que ela fosse novamente comercializada.

De outra banda, saliento que a responsabilidade do embargado está alicerçada no Código de Defesa do Consumidor, verificada a abusividade da cláusula que invocou em seu favor, bem como na necessidade de evitar seu enriquecimento sem causa que teria lugar com o recebimento nos moldes preconizados.

Nesse contexto, entendo que o valor da multa deverá corresponder a 20% do total do contrato, mesmo porque a situação foi definida pouco antes da efetivação da viagem.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já teve ocasião de manifestar-se nesse sentido em caso semelhante:

“CONTRATO - Prestação de serviços – Empresa operadora de turismo - Cláusula penal – Estipulação de perda em até 100% (cem por cento) do valor da passagem em caso de desistência do consumidor - Abusividade caracterizada - Afronta ao artigo 51, § 1o, incisos I e III, do CDC - Fixação no percentual de 10% a 20%, dependendo da época em que for solicitado o cancelamento - Medida que se mostra adequada para o equilíbrio contratual - Recurso da autora parcialmente provido” (TJ-SP, Apelação Cível nº 7 179 757-0 - São Paulo - 17ª Câm. de Direito Privado – Rel. Des. WELLINGTON MAIA DA ROCHA – j. 28 05 08).

Assim, a execução haverá de prosseguir pelo valor de R\$ 210,00, correspondente a 20% de R\$ 1.050,00 – fl. 02.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Isto posto, **JULGO PROCEDENTES EM PARTE** os embargos para determinar que a execução tenha seguimento pelo valor de R\$ 210,00, acrescido de correção monetária, a partir de outubro de 2015 (época do vencimento da nota promissória), e juros de mora, contados da citação.

Oportunamente, manifeste-se o embargado sobre o prosseguimento do feito, registrando-se que já há penhora a fl. 02.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 29 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**